

Pressão internacional vai crescer

Arnildo Schulz 27.6.90

Paulo Sotero
da AE

Washington — O Governo brasileiro estará, a partir desta semana, sob crescente pressão internacional para iniciar entendimentos com os bancos credores. A percepção criada pela equipe econômica brasileira de que a moratória não-declarada sobre os pagamentos da dívida privada de médio e longo prazos teria sido absorvida por Washington e pelos organismos financeiros multilaterais ficou comprometida, na semana passada, depois que o subsecretário do Tesouro dos EUA, David Mulford, esclareceu a posição americana.

Mulford deixou claro que a administração Bush não apóia uma estratégia baseada no não pagamento.

Kandir poderia ter completado sua missão em Washington exatamente como pretendia se tivesse sido mais hábil ao descrever o resultado da conversa a dois, mais intérprete, que teve com Mulford. O Tesouro apoiará a posição brasileira de que as negociações com o Fundo e com os bancos são “desconectadas”, desde que a equipe econômica apresse o passo e comece a dar demonstrações concretas de sua disposição de negociar com os banqueiros, esvaziando, assim, as pressões e impedindo que a conexão inevitável que existe entre os dois processos (afinal, ambos dizem respeito ao financiamento externo do programa) venha à tona e ponha em risco o acordo com o FMI.

Técnicamente, o fechamento do acordo com o Fundo não depende, em princípio, do pagamento de atrasados, conforme disse Kandir, na semana passada, em Washington.



Kandir: apenas meio sucesso

Mas, uma primeira complicação pode ocorrer com a duração da negociação com o Fundo. Kandir afirmou que recebeu o apoio de Washington para fechar, rapidamente, um acordo com o FMI e previu sua aprovação para outubro. Mas em declarações à Cable News Network, na noite de sexta-feira, David Mulford deixou dúvidas sobre esse ponto. “O Brasil tem um programa econômico bastante ambicioso e impressionante. Mas será importante incluir nele as bases para um desempenho continuado. E é isso que o FMI examinará”, afirmou o subsecretário do Tesouro.

Do ponto de vista de Mulford, a interrogação que pesa sobre o futuro do programa deriva do cálculo de que, na forma como está, ele dependeria de uma virtual institucionalização do não pagamento de juros para dar certo. Uma fonte oficial disse que a declaração da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, segundo a qual o País po-

derá pagar, no máximo, US\$ 1 bilhão aos bancos este ano, reforçou esse temor e foi mal recebida. “A afirmação revela a intenção de pre-determinar o desfecho de uma negociação que nem começou”, afirmou a fonte.

Perdão

“O Brasil está trabalhando hoje, na prática, com uma hipótese de refinanciamento ou perdão de 100% de sua dívida”, analisa William Cline, economista do Institut For International Economics, um centro de estudos de Washington, que esteve num café da manhã com Kandir, na sexta-feira. “Numa negociação de redução da dívida, creio que o máximo que o Brasil pode conseguir é um desconto de 40%, um pouco mais do que o México e a Venezuela conseguiram”. Cline, que acompanha o problema da dívida brasileira desde 1982, acredita que o Governo criou expectativas positivas no mercado com a mudança radical da política de comércio exterior e deve manter a iniciativa atacando sem demora o problema dos atrasos dos pagamentos. “Esse problema pode desviar a atenção das coisas importantes que o Governo está fazendo e descarrilhar seus esforços”, disse Cline. Tendo em conta os limites da negociação, o economista acredita que a administração Collor teria “um alto retorno em termos de relações públicas se anunciasse um plano de retomada de pagamento de juros já, antecipando-se às pressões que tenderão somente a aumentar de agora em diante. Elas estarão mais visíveis a partir da semana que vem, quando John Reed, o presidente do Citicorp, que há duas semanas pediu o início imediato de negociações ao presidente Fernando Collor, voltará ao Brasil para celebrar 75 anos de presença do City no País.